

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

O isolamento de Geraldo

Quanto mais Lula demora para dar um “sim” para a chapa à presidência com o ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin na vice, mais o ex-tucano se desgasta e perde força para arrastar mais aliados ao projeto de unir um pedaço do PSDB ao PT.

Com esse discurso, não dá

A ideia de Lula, de reverter a reforma trabalhista e a outras medidas mais liberais adotadas desde que o PT deixou o governo, em 2016, também reduzem esse apoio do centro ao petista e afastam ainda mais aqueles que poderiam apoiá-lo junto com Alckmin.

Sem turma nem projeto

Quem acompanha a vida do ex-governador paulista de perto acredita que o ex-tucano está a cada dia mais refém das decisões de Lula e do PT. E, para completar, não tem um partido que vá brigar pela sua posição junto aos petistas, nem no sentido de pregar um projeto mais liberal, nem pela parceria com o ex-presidente.

Olho vivo

Coordenador da Frente Parlamentar de Energias Renováveis, o deputado Danilo Forte (PSDB-CE) anuncia que vem aí uma comissão especial para acompanhar os leilões de energia. É que, da última vez, sete térmicas a óleo participaram e levaram parte dos lotes oferecidos para fornecimento de energia. “Essas térmicas foram desativadas na Europa, nos Estados Unidos e agora vêm para cá. Elas são o oposto dos compromissos assumidos na Cop26”, diz o deputado.

Bolsonaro e PL usarão vagas no governo para resolver palanques estaduais

O presidente Jair Bolsonaro já avisou a alguns ministros que aqueles que forem candidatos sairão em 30 de março. Ele não quer que ninguém antecipe essa saída. Assim, terá prazo para organizar o time que ficará no Poder Executivo ao longo da campanha eleitoral. E, em alguns casos, não está descartado o “atendimento” a integrantes da base aliada para que possa resolver o imbróglio dos palanques estaduais.

» » »
No Rio Grande do Sul, por exemplo, os bolsonaristas têm dois candidatos a governador:

o senador Luís Carlos Heinze (PP) e o ministro do Trabalho e Previdência, Onyx Lorenzoni, que deve seguir para o PL. A ideia em análise é fazer de Heinze o novo ministro da Agricultura, uma vez que ele tem mais quatro anos de mandato. Assim, Onyx Lorenzoni vira candidato único do presidente Bolsonaro no estado. Falta combinar com a ministra Tereza Cristina, que deixará o cargo para concorrer ao Senado em Mato Grosso do Sul e com o próprio Heinze. Porém, por ser fiel escudeiro do presidente na CPI, Heinze não recusará o cargo se essa equação for fechada.



CURTIDAS

Nordeste, o desafio/ As andanças do ex-juiz Sergio Moro pelo Nordeste fizeram acender o sinal de alerta dos bolsonaristas na região. Vem por aí um movimento para que o presidente Jair Bolsonaro escolha um candidato a vice-presidente nordestino.

Melhor de dois/ Estão nesse rol de opções pelo menos dois ministros: Fábio Faria e Rogério Marinho, do Desenvolvimento Regional. Ambos são do Rio Grande Norte e candidatos. Se escolher um para vice, Bolsonaro ainda resolve a briga entre os dois pela vaga ao Senado.

EVARISTO SA



E o Ciro, hein?/ Já tem gente até colocando o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira (foto), na lista de possíveis candidatos a vice. Assim, Bolsonaro amarraria de vez o PP ao seu projeto de reeleição.

Tá explicado/ Neste início de ano, no quesito vacinas e outros, o presidente Jair Bolsonaro tem ouvido muito mais os radicais do que os mais centrados do governo. Quando abriu os ouvidos aos mais centrados, a aposta é a de que tudo pode melhorar.

JUSTIÇA

STF trabalha no recesso

Corte tomou decisões importantes durante as férias. Postura pode significar mais rigor em 2022

» LUANA PATRIOLINO

Oficialmente de recesso, o Supremo Tribunal Federal (STF) vem sendo acionado nos últimos dias para resolver demandas urgentes. A maioria delas gira em torno da pandemia de covid-19 e da campanha de vacinação contra a doença. A decisão de continuar despachando, mesmo durante o período de descanso, pode ser um recado ao governo de que o Judiciário vai adotar uma postura mais rígida ao longo do ano.

Apesar da estranheza que isso possa causar, não tem sido raro os magistrados da Suprema Corte optarem por trabalhar durante o recesso, o que aconteceu também em 2020 e em julho de 2021. No recesso do fim de ano, os ministros Alexandre de Moraes, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes e Cármen Lúcia, informaram que continuam atuando em seus gabinetes, mesmo durante as férias.

Com isso, eles podem tomar decisões em ações que estão relatando, ou em casos que chegam aos gabinetes. Cármen Lúcia informou que apesar de permanecer em atividade, não vai julgar matéria que trate de habeas corpus. Os ministros Edson Fachin, Dias Toffoli, Luís Roberto Barroso e André Mendonça, decidiram aderir ao período de descanso.

O professor de direito constitucional e advogado constitucionalista Carlos Augusto Santos acredita que o Supremo não deixará brechas e deve adotar uma postura ainda mais firme durante o ano. “Uma postura rígida de não aceitação dos abusos reiteradamente cometidos pelo Executivo. A opção por permanecer despachando nos processos e atuando sem interrupções significativas pode ser também um indicativo

Rosinel Coutinho/SCO/STF



Ministros Alexandre de Moraes, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes e Cármen Lúcia continuam atuando, mesmo nas férias

de cautela dos ministros quanto ao desdobramento das próprias decisões”, destaca.

A decisão de continuar trabalhando pode ser encarada sob dois aspectos. “Um deles implica em reduzir, de certa forma, os poderes do presidente do tribunal que, ao invés de decidir todas as medidas urgentes, como dispõe o regimento, pasará a decidir apenas aquelas que recaiam sobre os processos dos ministros que estão efetivamente de férias”, avalia o constitucionalista.

O outro diz respeito ao discurso de Luiz Fux na cerimônia de encerramento do ano do Judiciário. Sem citar nomes, o presidente do STF mandou uma série de recados ao governo federal e afirmou que, durante 2021, a Corte valorizou a ciência e foi alvo de tentativas de intimidação. “Além de reafirmar o compromisso da

Corte para com a democracia, sinaliza também uma postura de enfrentamento aos discursos que ameaçam a dignidade do tribunal”, ressalta Santos.

Vacinação infantil

No último dia de 2021, o ministro Ricardo Lewandowski suspendeu a decisão do Ministério da Educação (MEC) que proibiu instituições federais de cobrar a imunização para o retorno às aulas presenciais. O imbróglio da vacinação contra a covid-19 para crianças entre 5 e 11 anos tem mexido com os ânimos do Supremo. O ministro Lewandowski tem proferido despachos importantes e cobrado respostas do governo federal.

Na avaliação do advogado constitucionalista e cientista político Nauê Bernardo de Azevedo, o conflito entre o

Judiciário e o Executivo pode se acirrar ainda mais. “Existe a possibilidade de ser necessária uma rápida medida por parte do STF. As urgências podem acabar se tornando mais cotidianas, sobretudo com o histórico de embates do governo com os demais Poderes — em especial com a edição de medidas que possam ser consideradas inconstitucionais”, ressalta.

O professor de estudos brasileiros da Universidade de Oklahoma (EUA) Fabio de Sá e Silva acredita que o Supremo tem decidido agir, mesmo durante o recesso, por razões conjunturais e institucionais. “Na conjuntura, persiste o clima de tensão entre Executivo e os demais poderes, bem como entre Executivo e sociedade civil, que cria um clima propício para a judicialização de políticas”, aponta.

Silva cita o exemplo da vacinação

contra o novo coronavírus em crianças. “O governo, mais uma vez, criou uma guerra cultural em cima de um assunto de saúde pública e ações foram propostas visando obrigar o Executivo a fornecer as vacinas. Nesse contexto, não são apenas as pessoas comuns que ‘não tem um dia de paz’. Fica difícil para os ministros tirarem férias”, observa o especialista.

Institucionalmente, o desenhado do STF leva a concentração de poderes nas mãos de relatores e, na ausência dos ministros (situação típica do recesso), do presidente da Corte. Um exemplo foi a decisão do presidente Luiz Fux no caso da Boate Kiss, que se sobrepôs ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS) e concedeu uma liminar que só ele decidirá quando levar ao plenário. “Alguns ministros estão evitando deixar vácuos de poder”, conclui Fabio Sá e Silva.

ANVISA

Barra Torres pede que Bolsonaro se retrate

O presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Antonio Barra Torres, divulgou nota na noite de ontem contestando afirmações do presidente Jair Bolsonaro, que insinuou haver interesses obscuros envolvidos na aprovação da vacinação de crianças de 5 a 11 anos contra a covid-19. “Nunca me apropriei do que não fosse meu e nem pretendo fazer isso, à frente da Anvisa”, afirmou na nota.

Bolsonaro, que é contra a imunização dessa faixa etária, afirmou nesta semana que a liberação da vacinação de crianças teria ocorrido porque alguém teria levado vantagens. “Qual o interesse da Anvisa por trás disso aí?”, questionou.

Em resposta ao presidente, Barra Torres cobrou investigação imediata ou retratação: “Se o senhor dispõe de informações que levantem o menor indício de corrupção sobre este brasileiro, não perca tempo nem prevarique, Senhor Presidente. Determine imediata investigação policial sobre a minha pessoa, aliás, sobre qualquer um que trabalhe hoje na Anvisa, que com orgulho eu tenho o privilégio de integrar. Agora, se o Senhor não possui tais informações ou indícios, exerça a grandeza que o seu cargo demanda e, pelo Deus que o senhor tanto cita, se retrate. Estamos combatendo o mesmo inimigo e ainda há muita guerra pela frente. Rever uma fala ou um ato errado não diminuirá o senhor em nada. Muito pelo contrário”, completou.